

Economia, Sociedade e Desenvolvimento, 20 anos: notas de apresentação

André M. Biancareli *

Editor-chefe

I.

1992. Se na sociedade (ou na política) o evento mais marcante daquele ano foi a crise que leva ao *impeachment* do presidente Fernando Collor, na economia as contas externas é que abrigam o processo de maior impacto futuro. Depois de dez anos de escassez absoluta de financiamento, o país voltava a receber investimentos voluntários do exterior, em quantidade e qualidade renovadas, como já vinha ocorrendo em grande parte da América Latina nos anos anteriores.

A relação entre os dois processos é um tanto paradoxal, mas importante para as determinações que moldam o processo de desenvolvimento (ou falta dele) no Brasil das últimas duas décadas. A eleição de Collor em 1989 pode ser encarada, sem grandes controvérsias, como a escolha de um rumo após a exaustão e crise do “nacional-desenvolvimentismo” predominante no meio século anterior. Seu governo termina prematuramente, mas o processo maior que o embalava não se esgota ali. Pelo contrário, ganha fôlego com o apoio financeiro externo que se torna abundante, se consolida e deslancha com o Plano Real a partir de 1994.

O Brasil se inseria, de maneira tardia em relação a seus vizinhos, na chamada “globalização”, a partir de uma estratégia cuja grande diretriz era ampliar o protagonismo das forças de mercado (e, conseqüentemente, reduzir o do Estado) nas tarefas do desenvolvimento. Seguiu-se a consolidação política desta agenda e seu amplo predomínio ideológico, particularmente na reflexão acadêmica em economia.

Os resultados mais permanentes de tal escolha, no entanto, não foram os esperados ou prometidos. Não se recuperou de maneira sustentada o crescimento econômico, houve deterioração adicional nas taxas de desemprego e na situação social (após a melhora distributiva com o fim da inflação alta), a vulnerabilidade externa se acentua e crises cambiais se repetem (sem qualquer medida que ameaçasse a liberdade de movimentação dos fluxos de capital), a situação fiscal ganha novos contornos trágicos (a despeito dos processos de privatização) e a estrutura produtiva sofre nítida regressão (apesar, ou por causa, da maior abertura comercial). Tais frustrações são fundamentais para entender outro momento marcante destas duas

* Professor do Instituto de Economia da Unicamp (IE/Unicamp) / Pesquisador do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (Cecon-IE/Unicamp), Campinas, SP, Brasil. E-mail: andremb@eco.unicamp.br.

últimas décadas, também a envolver a economia, a sociedade e o modelo de desenvolvimento: a eleição presidencial de 2002.

A promessa, ou a esperança, de um novo rumo em grande parte se frustrou com as opções macroeconômicas de curto prazo no início do novo governo, mas o passar do tempo foi mudando gradualmente o panorama – da realidade brasileira e da reflexão sobre ela.

Antes de entrar nos detalhes dessa mudança, no entanto, vale a pena voltar brevemente ao ponto de partida.

II.

1992. Naquele ano, era também lançada pelo Instituto de Economia da Unicamp a revista *Economia e Sociedade*. Em seu número inicial, os autores e o conteúdo dos artigos não deixavam dúvida sobre a qualidade e a orientação que se pretendia para a publicação, naquele momento em que as mazelas da “década perdida” e os contornos da opção liberalizante se faziam claros. Celso Furtado, em “O subdesenvolvimento revisitado”, conclui o balanço de uma vida toda dedicada ao tema com seu conhecido alerta sobre o impasse em que o Brasil se encontrava¹. João Manuel Cardoso de Mello, desde as primeiras frases de “As consequências do neoliberalismo”, reforça e justifica o pessimismo (da razão)². Maria da Conceição Tavares (desdobrando sua interpretação certa sobre os significados da reestruturação dos países centrais na década de 1980) e Luciano Coutinho (definindo os contornos e impactos da “terceira revolução industrial e tecnológica”) também são referências daquela edição, ao lado das contribuições não menos importantes, em seus respectivos campos, de Luiz Felipe de Alencastro, Wilson Suzigan, Azuete Fogaça e Claudio Salm, José Graziano da Silva.

Nos vinte anos seguintes, foram lançados 46 números regulares (já incluída a edição de dezembro de 2012) e um especial (em dezembro de 2008, por ocasião da criação da Associação Keynesiana Brasileira). Somando artigos, notas e resenhas, o total chega a 382 trabalhos publicados.

Seria impossível (e indesejável) encontrar apenas semelhanças ou afinidades em todo esse volume de contribuições, mas é notório que *Economia e Sociedade* tem conseguido conciliar rigor e respeito aos trâmites editoriais de praxe a um alinhamento teórico muito bem definido. Não é exagero afirmar que se trata de um

(1) “O subdesenvolvimento, como o deus Janus, tanto olha para frente como para trás, não tem orientação definida. É um impasse histórico que espontaneamente não pode levar senão a alguma forma de catástrofe social” (p. 19).

(2) “Quem canta ou assobia na escuridão nega sua ansiedade, mas não passa a ver mais claro. Há dez anos, caímos na estagnação. Vivemos, hoje, à beira da depressão e da hiperinflação. E constatamos, a toda hora, com espanto e vergonha, a enorme distância que nos separa da civilização.” (p. 59).

dos principais (senão o principal) veículos brasileiros de divulgação da produção acadêmica vinculada às tradições de Marx, Keynes, Kalecki e Schumpeter, e às reflexões sobre o desenvolvimento econômico, tão caras ao pensamento latino-americano.

Particularmente, nesse longo período de mudanças estruturais e instabilidades na economia global, e de adoção (e crise) da estratégia liberalizante no Brasil, foi muito presente nas páginas da revista a análise crítica a respeito de tais processos e a busca por alternativas. Destacados autores internacionais tiveram artigos aqui divulgados³, com a revista cumprindo a importante função de tornar acessível ao público brasileiro, em português, parte da produção heterodoxa de fronteira no mundo. Além disso, é difícil encontrar um economista de destaque do pensamento crítico brasileiro sem publicação neste periódico.

Em uma área do conhecimento em que a avaliação da produção acadêmica se guia por critérios bastante restritivos, que subestima publicações nacionais, ainda mais quando não alinhadas às abordagens e aos resultados privilegiados pelo *mainstream economics*, *Economia e Sociedade* julga ter cumprido bem seu papel neste período, apesar das dificuldades.

E nesse rumo pretende continuar. Não só por conta dos êxitos alcançados, mas também porque, no que se refere à economia e à sociedade, e à reflexão sobre elas, os ventos parecem mudar nos últimos anos. No mundo e no Brasil.

III.

2012. Dez anos após a eleição que trocou o partido no poder mas não alterou os contornos gerais da política econômica, poucos discordariam da afirmação de que o panorama brasileiro, no que se refere aos temas aqui abordados, é hoje muito distinto. Tanto daquele verificado em 2002 quanto do de 1992.

Uma certa retomada do crescimento econômico, progressos na distribuição pessoal da renda, a manutenção da inflação sob controle, a melhora na situação fiscal e a redução na vulnerabilidade externa, são ingredientes importantes deste novo cenário, ainda que haja controvérsias sobre a dimensão e o alcance de cada um desses processos, e que novos e velhos problemas brasileiros estejam presentes. Mas o aspecto a destacar é o fato de que a discussão econômica também sofre modificações neste contexto.

(3) Entre os quais Ajit Singh, Alessandro Vercelli, Arturo O'Connell, Barry Eichengreen, Bruno Théret, Charles Goodhart, Dominique Lévy, Dominique Plihon, François Chesnais, Gary Dymski, Gérard Duménil, Hyman Minsky, Jan Kregel, John Eatwell, John McCombie, L. Randall Wray, Malcolm Sawyer, Michel Aglietta, Octavio Rodrigues, Paul Davidson, Phillip Arestis, Robert Boyer, Robert Guttmann, Roberto Frenkel e Stuart Schwartz.

A urgência das questões conjunturais, ou a “instabilidade macroeconômica inibidora da reflexão sobre o desenvolvimento” (na feliz expressão de Ricardo Bielschowsky), características das décadas de 1980 e também de 1990, vai aos poucos cedendo espaço para reflexões de prazo mais longo, a envolver temas e opções mais estruturais, e a configurar novos alinhamentos entre autores e escolas de pensamento.

Neste novo ambiente, que também corresponde a alterações na realidade e no debate econômico internacionais, a ideia de que o Brasil ensaia uma nova estratégia de desenvolvimento é cada vez mais disseminada e debatida – seja entre os que veem tal inflexão com simpatia, seja entre seus críticos, ou mesmo por parte daqueles que minimizam as mudanças. Os papéis que o Estado vai, progressivamente, reassumindo no processo de desenvolvimento remetem necessariamente à estratégia que predominou até a crise da dívida, apesar do contexto, dos desafios e das forças sociais que lideram o processo parecerem bastante distintos.

Em uma palavra, o Brasil assiste, neste início de segunda década do século XXI, a um “momento desenvolvimentista” – ainda que o conteúdo específico deste desenvolvimentismo esteja por ser melhor definido e estudado.

Foi esta a grande motivação para a chamada especial de artigos da qual resulta a presente edição comemorativa de *Economia e Sociedade*, por ocasião de seus 20 anos. Em torno do tema “Desenvolvimento e desenvolvimentismo(s) no Brasil”, foram submetidos mais de três dezenas de trabalhos, de várias universidades e centros de pesquisa. As limitações de espaço exigiram a seleção dos treze artigos que estampam as páginas que se seguem.

Ricardo Bielschowsky apresenta um desenho conceitual para organizar as ideias e processos em curso na economia brasileira, definindo eixos que podem sustentar o desenvolvimento nas próximas décadas, a partir do mercado de consumo de massas em formação. **Ricardo Carneiro** resgata a tradição cepalina e da “Escola de Campinas” para apontar as diferenças entre duas correntes que se diferenciam dentro da reflexão atual: o “novo desenvolvimentismo” e o “social desenvolvimentismo” (cujas ideias centrais, de certa forma, são detalhadas no artigo anterior). O texto de **Pedro Paulo Bastos** acrescenta vários outros elementos a este debate, especialmente ligados à economia política. **Luiz Carlos Bresser-Pereira**, expoente maior do “novo desenvolvimentismo”, desdobra suas formulações dos últimos anos sobre o tema, em trabalho conjunto com **Daniela Theuer** a enfatizar as alterações estruturais nas principais economias (e Estados) da América Latina.

Em postura mais crítica, que não enxerga nas modificações recentes uma retomada do desenvolvimento no Brasil, **Wilson Cano** é o primeiro aqui a tratar, nesta perspectiva mais ampla, da ameaça estrutural representada pela “desindustrialização”. **Nelson Marconi** e **Marcos Rocha**, com abordagem empírica e

foco mais restrito, vinculam tal processo ao comportamento da taxa de câmbio e seus impactos no comércio exterior. Ainda neste tema, **Pedro dos Santos Portugal Júnior**, **Bastiaan Philip Reydon** e **Nilton dos Santos Portugal** inserem a dimensão ambiental como preocupação que deveria orientar os esforços de mudança produtiva ou reindustrialização.

Em outra frente, **Rodrigo Alves Teixeira** e **Eduardo Costa Pinto** abordam um aspecto muitas vezes negligenciado pelos economistas, cuja importância é explícita nestes primeiros anos do governo Dilma: as coalizões entre as frações de classe e setores empresariais a determinar as políticas econômicas. Também agregando contribuições de outras ciências sociais, **José Celso Cardoso Jr.** e **Carlos Henrique Romão de Siqueira** defendem uma abordagem mais ampla e complexa do desenvolvimento e do planejamento, e a vinculam à produção do IPEA em anos recentes.

Duas das dimensões historicamente mais problemáticas do desenvolvimento brasileiro, e suas transformações recentes, são retratadas nos artigos seguintes. **Ernani Teixeira Torres Fº** e **Fernando Nogueira da Costa** resgatam a trajetória do BNDES e seu papel fundamental no financiamento do desenvolvimento, para defender seu protagonismo e papel complementar a outras possíveis fontes de recursos, diante das oportunidades que se anunciam, nesta área, no futuro próximo. E **Jorge Abrahão de Castro** detalha o papel cumprido pelas políticas sociais nos processos recentes de distribuição de renda, melhoria das condições de vida e dinamização da economia brasileira.

Duas contribuições que abordam políticas e ideias do passado encerram esta edição voltada para o presente e o futuro. A comparação entre o desenvolvimentismo de Vargas e Perón, feita por **Pedro César Dutra Fonseca** e **Andrés Ferrari Haines**, além do interesse em si pode ser bastante útil para refletir sobre os governos atuais na América Latina e suas distintas linhas de ação. **Alexandre Barbosa** e **Ana Paula Koury**, por sua vez, resgatam e reinterpretam um pensador de outros tempos desenvolvimentistas, pouco valorizado na literatura brasileira: Rômulo de Almeida.

Como é característico de *Economia e Sociedade*, o resultado apresentado é portanto variado em termos de abordagens, posicionamentos e recortes do tema geral. Mas o conjunto pode ser tomado como amostra significativa da reflexão “desenvolvimentista”, nas suas configurações e clivagens características do momento histórico presente. Este, a despeito dos vários problemas e desafios aqui apontados, contrasta fortemente com o pessimismo predominante no primeiro número da revista, em 1992.

Boa leitura!

